



**SUPREMO
TRIBUNAL
FEDERAL**

PREGÃO ELETRÔNICO N. 119/2023

Objeto

Contratação de seguro total de automóveis para a frota de veículos do Supremo Tribunal Federal em todo o território nacional

SRP?

☐ Sim ☒ Não

Valor máximo admitido: R\$ 193.957,95

Data: 18/12/2023 09:00h (horário de Brasília) no sítio

<https://www.gov.br/compras/pt-br>.

Exclusiva ME/EPP?

☐ Sim ☒ Não

Reserva de quota ME/EPP?

☐ Sim ☒ Não

Decreto 7.174/2010?

☐ Sim ☒ Não

Vistoria?

☐ Obrigatória ☒ Facultativa
☐ Não se aplica

Amostra/Demonstração?

☐ Sim ☒ Não

Margem de preferência?

☐ Sim ☒ Não

As sessões públicas dos Pregões do STF podem ser acompanhadas no endereço <https://www.gov.br/compras/pt-br>, selecionando as opções Consultas > Pregões > Em andamento > Cód. UASG "040001". O edital, anexos e outras informações estão disponíveis para *download* no Compras Governamentais e também no endereço www.stf.jus.br, Transparência e Prestação de Contas/Licitações. <https://portal.stf.jus.br/servicos/licitacao/listarEdital.asp>

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL – Secretaria de Orçamento, Finanças e Contratações.

Supremo Tribunal Federal, Edifício Anexo I, 2º andar, Sala B-202.

Praça dos Três Poderes, Brasília - DF, CEP 70.175-900.

Telefone: (61) 3217-3184 e-mail: cpl@stf.jus.br



SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
Esplanada dos Ministérios - CEP 70175-900 - Brasília - DF - www.stf.jus.br
Praça dos Três Poderes

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N. 119/2023

PREÂMBULO

O Supremo Tribunal Federal – STF torna público que realizará o Pregão Eletrônico n. 119/2023, do tipo menor preço, modo de disputa aberto e fechado, para adquirir o objeto abaixo descrito. A licitação, autorizada no **Processo Administrativo Eletrônico n. 009537/2022**, será regida pela Lei n.º 10.520/2002, pela Lei Complementar n. 123/2006, pelos Decretos n.ºs 10.024/2019 e 8.538/2015, pelas condições constantes neste Edital e, subsidiariamente, pela Lei n. 8.666/1993. A sessão do Pregão será realizada em conformidade com este Edital na data, no horário e no endereço eletrônico na forma da convocação.

SEÇÃO I – DO OBJETO DA LICITAÇÃO

Contratação de seguro total de automóveis para a frota de veículos do Supremo Tribunal Federal em todo o território nacional, conforme as especificações e condições estabelecidas nos Anexos I e III deste Edital.

SEÇÃO II – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A despesa decorrente da licitação correrá à conta de recursos consignados ao STF no Orçamento Geral da União, Programa de Trabalho 02.061.0033.6359.5664 – Apreciação e Julgamento de Causas no STF, na natureza de despesa 33.90.39 – Outros Serviços de Terceiros - PJ.

SEÇÃO III – DO CREDENCIAMENTO

3.1. A licitante deverá credenciar-se no sistema “Pregão Eletrônico” por meio do sítio www.gov.br/compras/pt-br, para acesso ao sistema eletrônico, observado o seguinte:

- a) o credenciamento far-se-á mediante atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico;
- b) a perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso;
- c) o credenciamento da licitante ou de seu representante perante o provedor do sistema implicará responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

3.2. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade da licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.3. A licitante responsabilizar-se-á por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

SEÇÃO IV – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar do Pregão Eletrônico as empresas que:

- a) explorem ramo de atividade compatível com o objeto da licitação e não estejam constituídas como consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;
- b) não estejam punidas com suspensão temporária para licitar ou impedimento de contratar com este Tribunal, nos termos do art. 87, III, da Lei n. 8.666/1993, ou impedidas de licitar no âmbito da União, de acordo com o art. 7º da Lei n. 10.520/2002. Não inscritas nos cadastros impeditivos da Controladoria Geral da União, Conselho Nacional de Justiça ou Tribunal de Contas da União;
- c) atendam às condições deste Edital e seus anexos, inclusive quanto à documentação, e estejam devidamente credenciadas;
- d) possuam registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF).

4.2. Como requisito para participação no Pregão Eletrônico, a licitante deverá assinalar, em campo próprio do sistema, “sim” ou “não” relativo às seguintes declarações:

- a) que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;
- b) que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;
- c) que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
- d) que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- e) que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- f) que a proposta foi elaborada de forma independente;

g) que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

h) que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991;

4.3. Para Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, aplicam-se a Lei Complementar n. 123/2006 e o Decreto n. 8.538/2015, sendo necessária a posterior regularização fiscal e trabalhista, nas condições estabelecidas neste Edital, caso venha a formular lance vencedor.

4.4. A declaração falsa relativa à proposta de preços e ao cumprimento dos requisitos de habilitação e do art. 3º da Lei Complementar n. 123/2006 sujeitará a licitante às sanções previstas na legislação.

4.5. Os documentos apresentados na licitação deverão estar em nome da licitante, com um único número de CNPJ e também no prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor.

4.6. Quando se tratar de certidões em que a validade não esteja expressa, serão considerados válidos os documentos expedidos nos últimos 90 (noventa) dias que antecederem à data fixada para a abertura da sessão pública.

SEÇÃO V – DO ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇOS E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

5.1. A participação no Pregão Eletrônico ocorrerá mediante digitação de senha privativa da licitante e subsequente encaminhamento dos documentos de habilitação e proposta de preços, observadas as condições definidas nesta Seção.

5.2. A proposta de preço, formulada de acordo com os Anexos I e II deste Edital e com as especificações detalhadas do objeto, e os documentos de habilitação, na forma disposta neste Edital, deverão ser anexados até a data e hora marcadas para a abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.

5.3. Após a divulgação deste Edital no endereço eletrônico, a licitante deverá consignar, em campo adequado do sistema eletrônico, o valor do item cotado, já inclusos os tributos, as tarifas, e as despesas decorrentes do fornecimento do objeto.

5.4. Os valores deverão ser calculados com duas casas decimais.

5.5. Até a abertura da sessão pública, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

SEÇÃO VI – DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

6.1. No dia e hora indicados, o pregoeiro abrirá a sessão pública na *internet*, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha, no sistema Compras Governamentais.

6.2. A comunicação entre o pregoeiro e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens em campo próprio do sistema eletrônico.

6.3. As propostas de preços contendo a descrição do objeto e do valor estarão disponíveis na *internet*.

6.4. A licitante deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

SEÇÃO VII – DA CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS

7.1. Após a abertura da sessão pública, o pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estiverem em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, registrando no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes e por qualquer interessado.

7.2. Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

SEÇÃO VIII – DA FORMULAÇÃO DE LANCES E DO MODO DE DISPUTA

8.1. Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, cujo modo de disputa será o aberto e fechado, sendo imediatamente informadas do recebimento e respectivo horário de registro e valor.

8.2. O modo de disputa será aberto e fechado em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado, conforme critério de julgamento adotado nesse edital.

8.3. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 15 (quinze) minutos.

8.4. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

8.5. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.5.1. Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o item anterior, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

8.6. Encerrados os prazos estabelecidos nos itens 8.4 e 8.5, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

8.6.1. Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos dos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no item anterior.

8.7. Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do disposto no item anterior.

8.8. Na formulação de lances, deverão ser observados os seguintes aspectos:

a) as licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão pública e as regras estabelecidas neste Edital;

b) a licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema;

c) lances iguais serão ordenados por ordem cronológica de registro no sistema, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiramente.

8.9. Durante a sessão pública do Pregão, as licitantes serão informadas em tempo real do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu detentor.

8.10. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

8.11. Nesta fase, o pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance de valor considerado inexequível.

8.12. No caso de desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances, retornando o pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

8.13. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente decorridos 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação expressa aos participantes no sistema Compras Governamentais.

8.14. Após o encerramento da etapa de lances, o pregoeiro deverá encaminhar contraproposta à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso para que seja obtida a melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

8.15. Nas mesmas condições do item anterior, se necessário, o pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8.16. A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico e poderá ser acompanhada pelas demais licitantes.

SEÇÃO IX – DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

9.1. Quando houver participação nesta licitação de Microempresas e/ou Empresas de Pequeno Porte, considerar-se-á empate quando a proposta dessas empresas for igual ou até 5% superior à proposta classificada em primeiro lugar. Neste caso, e desde que a proposta classificada em primeiro lugar não tenha sido apresentada por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, o sistema eletrônico procederá da seguinte forma:

a) classificação das propostas de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se enquadrem na situação prevista neste item;

b) convocação da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte que apresentou a menor proposta dentre as classificadas na forma da alínea anterior para que, no prazo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, apresente uma última oferta, obrigatoriamente inferior à da primeira colocada, para o desempate, situação em que será classificada em primeiro lugar;

c) não sendo apresentada proposta pela Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, na situação da alínea anterior, ou não ocorrendo a regularização fiscal e trabalhista na situação do item 11.3, ou, ainda, não ocorrendo a contratação, serão convocadas, na ordem e no mesmo prazo, as propostas remanescentes, classificadas na forma do item 9.1, “a”, para o exercício do mesmo direito.

9.2. Caso não ocorra a contratação ou a situação prevista no item 9.1 e suas alíneas, o objeto será adjudicado em favor da proposta originalmente classificada em primeiro lugar.

SEÇÃO X – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

10.1. Encerrada a etapa de lances e concluída a negociação, a licitante classificada em primeiro lugar deverá encaminhar em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação do pregoeiro, proposta de preços **ajustada ao menor lance final ou valor negociado, elaborada de acordo com esse Edital e seus Anexos, e os documentos complementares que sejam solicitados pelo Pregoeiro.**

10.2. A licitante deverá observar em sua proposta de preços as especificações do objeto ofertado, evitando a simples cópia do teor das especificações constantes do Anexo I deste Edital – Termo de Referência.

10.3. A proposta de preços deverá ser redigida em língua portuguesa, sem alternativas, opções, emendas, ressalvas, borrões, rasuras ou entrelinhas, formulada em conformidade com o modelo constante do Anexo II deste Edital e as demais condições, e dela deverão constar:

a) identificação social, número do CNPJ, assinatura do representante da proponente, referência à licitação, número de telefone, endereço, dados bancários e indicação de endereço eletrônico (*e-mail*);

b) descrição clara do serviço cotado, com indicação de quantidade, de acordo com as especificações constantes do Anexo I deste Edital – Termo de Referência;

c) indicação única de preço para o item cotado, com exibição do valor unitário e total apenas em algarismos e do valor total da proposta em algarismos e por extenso, com duas casas decimais, conforme o lance final respectivo;

d) o prazo para início da execução do serviço é no dia **24/01/2024**;

e) a apólice de seguro deverá ser emitida e disponibilizada ao Contratante, em meio eletrônico, no prazo máximo de quinze dias consecutivos, contados a partir de 24/01/2024, devendo os cartões do seguro serem enviados ao Supremo Tribunal Federal - Gerência de Garagem e Transporte - GARAT, na Praça dos Três Poderes S/N, Sala C-451 - Brasília DF, CEP 70175-900, contato 61-3217-3940 e 3217-3212, no horário das 12h às 18h, em dias úteis.

10.4. As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos, sem prejuízo da eventual possibilidade de prorrogação do prazo de validade.

10.5. Para garantir a integridade da documentação e da proposta, recomenda-se que contenham índice e folhas numeradas e timbradas com o nome, o logotipo ou a logomarca da licitante.

10.6. O preço proposto no lance final será fixo e nele deverão estar incluídos os tributos, as tarifas e os demais encargos necessários à execução do objeto.

10.8. O pregoeiro examinará a proposta ajustada ao menor lance quanto à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado para a contratação.

10.9. Será recusada a proposta de preço que apresentar valor unitário para o item cotado superior ao estabelecido no Anexo I deste Edital – Termo de Referência.

10.10. Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista na licitação, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

10.11. Será rejeitada a proposta que apresentar valores irrisórios ou de valor zero.

10.12. Se a proposta não for aceitável, se a licitante deixar de enviá-la ou não atender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração daquela que atenda aos requisitos deste Edital.

SEÇÃO XI – DA HABILITAÇÃO

11.1. A habilitação será verificada a partir da abertura da sessão pública do pregão, onde serão avaliados, nos documentos anexados pelo licitante, o que se segue:

11.1.1. Os documentos relativos às habilitações Jurídica, Fiscal, Trabalhista e Econômico-Financeira poderão ser substituídos por consulta ao SICAF, se disponíveis.

11.1.1.1. Habilitação Jurídica:

- a) registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva;
- c) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente;
- d) Certidão de Regularidade emitida pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, que comprove que o licitante está autorizado a operar no mercado segurador brasileiro, conforme estabelece o Decreto nº 60.459/67, cujo documento poderá ser obtido, gratuitamente, por meio do sítio eletrônico da SUSEP (<http://www.susep.gov.br/menu/servicos-ao-cidadao/emissao-de-certidoes>).
- e) Certidão de Regularidade emitida pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, comprovando que a empresa está autorizada a operar no mercado segurador brasileiro:
 - e.1) o documento deverá conter validade da declaração, o nome, CNPJ, número e data de publicação da Portaria de autorização empresa seguradora, além do código da certidão para que o STF possa validar o documento.

Justificativa: a necessidade de apresentação da Certidão de Regularidade visa demonstrar que os licitantes estão autorizados pelo órgão regulador, a comercializar o objeto almejado na licitação. A finalidade é resguardar o interesse da Administração, procurando-se, com a exigência de demonstração da Certidão, primar pela legalidade de operação em atividade regulada e preservar a competição entre todos aqueles que reúnam condições de comercializar o objeto licitado.

11.1.1.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a) número da inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do Ministério da Fazenda;
- b) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal, contemplando comprovação de regularidade perante a Seguridade Social;
- c) prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante;
- d) Certificado de Regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal;
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, expedida pela Justiça do Trabalho, comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

11.1.1.3. Qualificação Econômico-Financeira:

- a) Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante ou instância judicial competente;
 - a.1) No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação;
- b) **comprovação da qualificação econômico-financeira** mediante a verificação dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e de Liquidez Corrente, que deverão ser iguais ou superior a 1 (um);
 - b.1) caso a empresa apresente resultado menor que 1 (um), em qualquer dos índices referidos, ou que não conste o cálculo dos índices no SICAF, a licitante deverá comprovar por meio do Balanço Patrimonial possuir patrimônio líquido no valor mínimo de R\$ 19.395,79 (dezenove mil, trezentos e noventa e cinco reais e setenta e nove centavos);
 - b.2) é vedada a substituição do balanço patrimonial e demonstrações contábeis por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerradas há mais de 3 (três) meses, a contar da apresentação da proposta;
 - b.3) as empresas com menos de um exercício social de existência devem cumprir a exigência em questão mediante a apresentação do Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado.

11.1.1.4. Qualificação Técnica:

11.1.1.4.1. **Atestado de Capacidade Técnica** fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove que executou ou está executando, a contento, o serviço objeto da presente licitação, correspondente a, no mínimo, 33 (trinta e três) veículos, devendo o(s) documento(s) conter o nome, o endereço, o telefone dos atestadores, ou qualquer outra forma de que o STF possa valer-se para manter contato com os declarantes.

- a.1) somente será(ão) aceito(s) atestado(s) expedido(s) após a conclusão do Contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.
- a.2) o(s) documento(s) deverá(ão) conter o nome, endereço, telefone de contato do(s) atestador(es), ou qualquer outra forma de que o STF possa valer-se para manter contato com o(s) declarante(s).

Justificativa:

- a) *A exigência de atestado de capacidade técnica possibilitará averiguar se a licitante já tenha prestado serviços compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação. Nesse sentido, a essencialidade da prestação dos serviços, quanto aos aspectos qualitativos e quantitativos, adequados ao contrato indicado no documento, poderão comprovar a eficiência da Adjudicatária no cumprimento de suas obrigações.*
- b) *Pretende comprovar aptidão suficiente para desempenhar o objeto contratado, assegurando a sua capacidade de gerenciamento, quantidades e prazos, e que todos os compromissos foram cumpridos.*
- c) *Ademais, o interesse público deverá ser observado para que a Adjudicatária cumpra seus compromissos, principalmente em relação às obrigações dos encargos tributários e trabalhistas, mitigando possíveis responsabilizações ao STF.*
- d) *Visa subsidiar a análise e comprovação operacional regular, capaz e com os mecanismos e ferramentas em contratos análogos à presente contratação, garantindo o atendimento das expectativas e exigências do contrato.*

11.1.1.4.2. A LICITANTE deverá apresentar cópia(s) de contrato(s), atestado(s), declaração(ões) ou qualquer outro documento idôneo que comprove experiência mínima de 12 (doze) meses na prestação de serviços de apoio técnico, ininterruptos ou não, até a data da sessão pública de abertura da licitação. 7.1.2.1 Será aceito o somatório, desde que os períodos concomitantes sejam computados uma única vez.

11.1.1.4.2.1. o(s) documento(s) deverá(ão) conter o nome, endereço, telefone de contato do(s) atestador(es), ou qualquer outra forma de que o STF possa valer-se para manter contato com o(s) declarante(s).

Justificativa: A exigência visa selecionar empresa que demonstre possuir um perfil econômico-financeiro equilibrado e que tenha capacidade técnico-operacional de gerenciamento de seguro total de veículos de similar complexidade, afastando, dessa maneira, pretensos interessados na qualificação sem as condições necessárias ao desempenho do serviço requerido pela Administração. Objetiva-se, assim, prevenir a descontinuidade do serviço.

11.2. Caso nos registros cadastrais conste algum documento vencido, a licitante deverá encaminhar comprovante idêntico, junto com a documentação de habilitação enviada com a proposta, no prazo de publicidade, sob pena de inabilitação.

11.2.1. No curso do procedimento, em especial por ocasião do ato de julgamento da habilitação, caso conste algum documento referente à regularidade fiscal ou trabalhista vencido, será realizada nova consulta ao SICAF ou ao site pertinente, para atualização dos prazos de validade.

11.2.2. As licitantes deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

11.3. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das Microempresas ou Empresas de Pequeno porte, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a contar do momento em que se declarar o vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

11.3.1. A prorrogação do prazo previsto no item anterior poderá ser concedida, a critério da Administração Pública, quando requerida pela licitante, mediante apresentação de justificativa.

11.3.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto neste Edital, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas em lei.

11.4. A licitante que apresentar documentação em desacordo com este Edital será inabilitada.

11.5. Será declarada vencedora a licitante que apresentar o **menor preço para o item** e atender às exigências fixadas neste Edital.

SEÇÃO XII – DOS RECURSOS

12.1. Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer durante a sessão pública, em campo próprio do sistema eletrônico.

12.2. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante implicará decadência do direito de interpor recurso.

12.2.1. Os recursos poderão ser acolhidos somente após a verificação dos requisitos de admissibilidade, quais sejam: sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação por parte da licitante.

12.3. A recorrente deverá apresentar as razões do recurso no prazo de 3 (três) dias, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

12.4. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.5. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

SEÇÃO XIII – DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

13.1. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

13.2. Na ausência de recurso, caberá ao pregoeiro adjudicar o objeto e encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação.

SEÇÃO XIV – DA ASSINATURA DO CONTRATO

14.1. Depois de homologado o resultado deste Edital, o STF convocará a Adjudicatária, durante a validade da sua proposta, para assinatura, preferencialmente, por meio eletrônico, do instrumento contratual, que se dará em até 5 (cinco) dias úteis, contados da convocação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e no art. 81 da Lei n. 8.666/1993.

14.2. Impreterivelmente, dentro do prazo de 3 (três) dias úteis contados da data da convocação que lhe seja feita pelo STF, a licitante vencedora deverá realizar o cadastramento no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do STF, no [link https://sistemas.stf.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0](https://sistemas.stf.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0), e mediante a observância do disposto na Instrução Normativa STF n. 203/2015, para fins de assinatura do Contrato por meio eletrônico.

14.3. A assinatura do Contrato está condicionada à verificação da regularidade fiscal e trabalhista da licitante vencedora.

14.4. É facultado à Administração, quando a Adjudicatária não assinar o Contrato, no prazo e nas condições estabelecidos, convocar outra licitante, obedecida a ordem de classificação, para assiná-lo, após comprovados os requisitos de habilitação, feita a negociação e aceita a proposta.

SEÇÃO XV – DAS SANÇÕES

15.1. A licitante ficará sujeita, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, à penalidade de impedimento de licitar e contratar e descredenciamento do SICAF:

Conduta praticada pela licitante	Dosimetria aplicável
a.1) deixar de entregar documentação exigida para o certame	2 meses
a.2) não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	4 meses
a.3) apresentar documentação falsa	24 meses
a.4) não manter a proposta	4 meses
a.5) comportar-se de modo inidôneo*	24 meses
a.6) cometer fraude fiscal	40 meses

15.2. Considera-se comportamento de modo inidôneo:

a) a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame, tais como fraude ou frustração do caráter competitivo do procedimento licitatório;

b) ação em conluio ou em desconformidade com a lei;

c) indução deliberada a erro no julgamento;

d) prestação falsa de informações.

SEÇÃO XVI – DA IMPUGNAÇÃO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 16.1. Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública do Pregão, qualquer pessoa poderá impugnar este ato convocatório, mediante petição a ser encaminhada ao endereço eletrônico cpl@stf.jus.br.
- 16.2. Caberá ao pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.
- 16.3. Acolhida a impugnação ao ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.
- 16.4. Os pedidos de esclarecimentos deverão ser enviados ao pregoeiro até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente no endereço eletrônico cpl@stf.jus.br.
- 16.5. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido.

SEÇÃO XVII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 17.1. Este Edital estará à disposição dos interessados na Comissão Permanente de Licitação, localizada no Supremo Tribunal Federal, Edifício Anexo I, 2º andar, Sala B-202, Praça dos Três Poderes, Brasília – DF, CEP 70.175-900, nos dias úteis, das 13h às 19h, e na *internet* para *download*, nos endereços eletrônicos: <https://www.gov.br/compras/pt-br> e www.stf.jus.br.
- 17.2. Qualquer divergência entre a especificação do objeto constante do portal de Compras do Governo Federal e a descrição deste Edital, prevalecerá a discriminada neste Edital.
- 17.3. Todas as referências de tempo neste Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília - DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.
- 17.4. Nenhuma indenização será devida às empresas licitantes pela elaboração de proposta ou apresentação de documentos relativos à licitação.
- 17.5. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e as demais informações relativas à sessão pública do Pregão constarão de ata divulgada no sistema eletrônico.
- 17.6. Sem prejuízo das disposições contidas no Capítulo III da Lei n. 8.666/1993, o presente Edital e a proposta da Adjudicatária serão partes integrantes do Contrato.
- 17.7. O Contrato poderá ser alterada nos casos previstos no art. 65 da Lei n. 8.666/1993, desde que haja interesse da Administração.
- 17.8. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e da validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 17.9. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item anterior, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
- 17.10. O pregoeiro ou a autoridade superior poderão subsidiar-se em pareceres emitidos por técnicos ou especialistas no assunto objeto desta licitação.
- 17.11. Toda comunicação oficial ocorrerá por *e-mail*, por meio do portal de Compras do Governo Federal ou por meio de publicação, nos termos da legislação.

ANEXO I DO EDITAL – TERMO DE REFERÊNCIA**1. OBJETO**

Contratação de seguro total de automóveis para a frota de veículos do Supremo Tribunal Federal em todo o território nacional, conforme as especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

2. ITENS DOS SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS

ITEM	UN	QTDE	DESCRIÇÃO DO ITEM	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ADMITIDO (R\$)	VALOR TOTAL MÁXIMO ADMITIDO (R\$)
1	Unidade	67	Contratação de seguro total de automóveis para a frota de veículos do Supremo Tribunal Federal em todo o território nacional, conforme as especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência.	193.957,95	193.957,95
VALOR TOTAL MÁXIMO ADMITIDO PARA CONTRATAÇÃO (R\$)					193.957,95

3. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

ITEM	SUBITEM	VEÍCULO	MOD	FAB	CLASSE DE BÔNUS
1	1.1	HYUNDAI - AZERA 3.0 V6 24V AUT.	2014	2014	10
	1.2	HYUNDAI - AZERA 3.0 V6 24V AUT.	2014	2014	10
	1.3	HYUNDAI - AZERA 3.0 V6 24V AUT.	2014	2014	10
	1.4	HYUNDAI - AZERA 3.0 V6 24V AUT.	2014	2014	10
	1.5	HYUNDAI - AZERA 3.0 V6 24V AUT.	2014	2014	10
	1.6	HYUNDAI - AZERA 3.0 V6 24V AUT.	2014	2014	10
	1.7	HYUNDAI - AZERA 3.0 V6 24V AUT.	2015	2015	10
	1.8	HYUNDAI - AZERA 3.0 V6 24V AUT.	2015	2015	8

1.9	HYUNDAI - AZERA 3.0 V6 24V AUT.	2015	2015	10
1.10	HYUNDAI - AZERA 3.0 V6 24V AUT.	2015	2015	10
1.11	FORD - NOVO FUSION SEDAN SEL ECOBOST.2.0 16V 248CV AUT.	2019	2018	8
1.12	FORD - NOVO FUSION SEDAN SEL ECOBOST.2.0 16V 248CV AUT.	2019	2018	10
1.13	FORD - NOVO FUSION SEDAN SEL ECOBOST.2.0 16V 248CV AUT.	2019	2018	10
1.14	FORD - NOVO FUSION SEDAN SEL ECOBOST.2.0 16V 248CV AUT.	2019	2018	10
1.15	FORD - NOVO FUSION SEDAN SEL ECOBOST.2.0 16V 248CV AUT.	2019	2018	10
1.16	CHEVROLET - SPIN LT 1.8 8V ECONOFLEX	2016	2016	9
1.17	CHEVROLET - SPIN LT 1.8 8V ECONOFLEX	2016	2016	7
1.18	CHEVROLET - SPIN LT 1.8 8V ECONOFLEX	2014	2014	8
1.19	CHEVROLET - SPIN LT 1.8 8V ECONOFLEX	2014	2014	8
1.20	CHEVROLET - SPIN LT 1.8 8V ECONOFLEX	2014	2014	10
1.21	CHEVROLET - SPIN LT 1.8 8V ECONOFLEX	2014	2014	10
1.22	CHEVROLET - SPIN LT 1.8 8V ECONOFLEX	2014	2014	10
1.23	FORD - NOVO FUSION SEDAN SEL ECOBOST.2.0 16V 248CV AUT.	2019	2018	8
1.24	FORD - NOVO FUSION SEDAN SEL ECOBOST.2.0 16V 248CV AUT.	2019	2018	10
1.25	FORD - NOVO FUSION SEDAN SEL ECOBOST.2.0 16V 248CV AUT.	2019	2018	8
1.26	FORD - NOVO FUSION SEDAN SEL ECOBOST.2.0 16V 248CV AUT.	2019	2018	9
1.27	FORD - NOVO FUSION SEDAN SEL ECOBOST.2.0 16V 248CV AUT.	2019	2018	9
1.28	FORD - NOVO FUSION SEDAN SEL ECOBOST.2.0 16V 248CV AUT.	2019	2018	10
1.29	FORD - TRANSIT VAN 350 2.4 TDCI	2011	2011	10
1.30	FORD - NOVO FUSION SEDAN SEL ECOBOST.2.0 16V 248CV AUT.	2019	2018	10
1.31	FORD - TRANSIT FURGAO LONGO 350 2.4 TDCI	2011	2011	10
1.32	FIAT - LINEA ESSENCE DUALOGIC 1.8 16V FLEX	2012	2012	10
1.33	FIAT - LINEA ESSENCE DUALOGIC 1.8 16V FLEX	2012	2012	10
1.34	FIAT - LINEA ESSENCE DUALOGIC 1.8 16V FLEX	2012	2012	10
1.35	FIAT - LINEA ESSENCE DUALOGIC 1.8 16V FLEX	2012	2012	10
1.36	FIAT - LINEA ESSENCE DUALOGIC 1.8 16V FLEX	2012	2012	10
1.37	FIAT - LINEA ESSENCE DUALOGIC 1.8 16V FLEX	2012	2012	10
1.38	FIAT - LINEA ESSENCE DUALOGIC 1.8 16V FLEX	2012	2012	10
1.39	FIAT - LINEA ESSENCE DUALOGIC 1.8 16V FLEX	2012	2012	10
1.40	FIAT - LINEA ESSENCE DUALOGIC 1.8 16V FLEX	2012	2012	10
1.41	FIAT - LINEA ESSENCE DUALOGIC 1.8 16V FLEX	2012	2012	10
1.42	FIAT - LINEA ESSENCE DUALOGIC 1.8 16V FLEX	2012	2012	10
1.43	FIAT - LINEA ESSENCE DUALOGIC 1.8 16V FLEX	2012	2012	7
1.44	FIAT - LINEA ESSENCE DUALOGIC 1.8 16V FLEX	2012	2012	10
1.45	FIAT - LINEA ESSENCE DUALOGIC 1.8 16V FLEX	2012	2012	5
1.46	RENAULT - MASTER MINIBUS EXECUTIVE 2.3 DCI*	2020	2019	10
1.47	RENAULT - MASTER MINIBUS EXECUTIVE 2.3 DCI*	2020	2019	10
1.48	FIAT - DUCATO MINIBUS T BAIXO 2.3 JET	2013	2013	10
1.49	FIAT - DUCATO MINIBUS T BAIXO 2.3 JET	2013	2013	10
1.50	FIAT - DUCATO MINIBUS T BAIXO 2.3 JET	2013	2013	9
1.51	FIAT - DUCATO MINIBUS T BAIXO 2.3 JET	2012	2012	10
1.52	TOYOTA - HILUX CAB DUP SRV-AT 2.8 16V TURBO 4X4	2019	2019	3
1.53	TOYOTA - HILUX CAB DUP SRV-AT 2.8 16V TURBO 4X4	2019	2018	10
1.54	PEUGEOT - 408 SEDAN ALLURE 2.0 16V FLEX	2014	2014	7
1.55	PEUGEOT - 408 SEDAN ALLURE 2.0 16V FLEX AUT.	2014	2014	6
1.56	PEUGEOT - 408 SEDAN ALLURE 2.0 16V FLEX AUT.	2014	2014	7
1.57	FORD - LANDAU SEDAN	1979	1979	7
1.58	FORD - NOVO FUSION SEDAN SEL ECOBOST.2.0 16V 248CV AUT.	2019	2018	7
1.59	FORD - TRANSIT VAN 350 2.4 TDCI	2011	2011	10
1.60	KIA - BONGO CAMINHAO K 2500 2.5 130CV TURBO IC 4X2	2014	2014	5
1.61	KIA - BONGO CAMINHAO K 2500 TURBO 4X2	2010	2010	4
1.62	VOLKSWAGEN - CAMINHAO 5.140 E DELIVERY	2009	2009	5
1.63	FORD - NOVO FUSION SEDAN SEL ECOBOST.2.0 16V 248CV AUT.	2019	2018	5
1.64	PEUGEOT - BOXER MINIBUS 2.3 JTD	2014	2014	4
1.65	PEUGEOT - BOXER MINIBUS 2.3 JTD	2014	2014	3

VALORES DE SERVIÇO AEROPORTO

	2.1	RENAULT - MASTER MINIBUS EXECUTIVE 2.3 DCI 16L	2020	2019	10
	2.2	RENAULT - MASTER MINIBUS EXECUTIVE 2.3 DCI 16L	2020	2019	10

3.1. DA COBERTURA

3.1.1. O seguro total deverá cobrir os riscos derivados da circulação do veículo segurado, as despesas indispensáveis ao salvamento e transporte do veículo até a oficinas credenciadas/autorizadas, localizadas no Distrito Federal, no Rio de Janeiro, São Paulo e Curitiba, e indicada pela CONTRATADA, e as indenizações ou prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas de seguro, conforme abaixo:

3.1.2. Roubo ou furto total, bem como os danos causados por tentativa de roubo ou furto.

3.1.3. Colisão com veículos, pessoas ou animais, abalroamento e capotamento.

3.1.4. Queda de raios e suas consequências.

3.1.5. Incêndio e explosão, ainda que resultantes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual terceiros.

3.1.6. Queda em precipícios ou de pontes e queda de agentes externos sobre o veículo.

3.1.7. Acidente durante o transporte do veículo por meio apropriado.

3.1.8. Submersão total ou parcial em água proveniente de enchentes ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo.

3.1.9. Granizo.

3.1.10. Danos causados durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto, estiver em poder de terceiros, excluídas indenizações por danos materiais ou pessoais causados a terceiros.

3.1.11. Danos causados por queda de árvore;

3.1.12. Cobertura adicional de assistência de 24 horas, com os seguintes serviços mínimos: chaveiro, assistência com socorro mecânico, guincho dentro e fora do Distrito Federal e das cidades do Rio de Janeiro, Curitiba e São Paulo, transporte de passageiros e do condutor a serviço do Tribunal em virtude de imobilização do veículo segurado ou em caso de roubo ou furto do veículo.

3.1.13. Calço hidráulico decorrente de causa coberta pelo contrato de seguro.

3.1.14. Cobertura de Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos – RCF-V (Danos Materiais e Danos Pessoais).

3.1.15. Cobertura de Seguro de Acidentes Pessoais de Passageiros – APP (Morte, Invalidez permanente e Despesas Médicas).

3.1.16. Assistência 24 (vinte e quatro) horas ao segurado, em caso de acidente ou pane mecânica e/ou elétrica, dentro e fora do Distrito Federal.

3.1.17. Cobertura de danos nos acessórios, para-brisa, vidro traseiro (vigia), farol, lanterna e retrovisor.

3.2. DAS IMPORTÂNCIAS SEGURADAS

3.2.1. A importância mínima segurada (expressa em reais) para o casco de cada veículo, deverá corresponder a 110% (cem e dez por cento) sobre a valor divulgado na tabela da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE. E, em caso de extinção ou interrupção da publicação desta, a tabela substituta será a da MOLICAR, com o mesmo percentual. No caso de indenização integral, o valor pago deverá ser tomado com base em 110 % (cento e dez por cento) do valor da tabela FIPE, bem como as condições abaixo:

3.2.2. Importâncias mínimas seguradas para os subitens 1.1 a 1.65:

3.2.2.1. Responsabilidade Civil Facultativa - RCF (Danos Materiais), por veículo, será de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

3.2.2.2. Responsabilidade Civil Facultativa - RCF (Danos Pessoais), por veículo, será de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

3.2.2.3. Acidente Pessoal de Passageiro - APP (por morte), será de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) por pessoa.

3.2.2.4. Acidente Pessoal de Passageiro - APP (por invalidez) será de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) por pessoa.

3.2.3. Importâncias mínimas seguradas para os subitens 2.1 e 2.2 (veículos de serviço no aeroporto):

3.2.3.1. RCF (Danos Materiais) e (Danos Corporais) por veículo será de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

3.2.3.2. APP (Morte) será de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) por pessoa.

3.2.3.3. APP (Invalidez) será de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) por pessoa.

3.3. DA FRANQUIA

3.3.1. Será aplicada a franquia na modalidade FIXA, no valor máximo de R\$ 1.000,00 (um mil reais) para os subitens 1.1 a 1.65, e de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) para os veículos dos subitens 2.1 e 2.2, devendo ser observado que:

a) os valores das franquias deverão constar obrigatoriamente nas propostas e nas apólices.

b) a franquia não deverá ser objeto de classificação das propostas, que serão avaliadas exclusivamente em função do preço global do lote, a partir do somatório dos prêmios.

c) os valores de franquias considerados especificamente para ocorrência de sinistros com substituições unicamente de itens como para-brisas frontais, retrovisores, faróis e lanternas não poderá exceder o limite de R\$ 330,00 (trezentos e trinta reais), não sendo cumulativas com a franquia de que trata o item 3.2.

d) em caso de sinistro, o valor referente à franquia deverá ser pago pelo STF prioritariamente à seguradora contratada.

e) não haverá cobrança de franquia em caso de Indenização Integral ou danos causados por incêndio, queda de raio e/ou explosão.

3.4. DO ENDOSSO

3.4.1. Quaisquer alterações na apólice de seguro, tais como: inclusão, substituição e exclusão de veículos, poderão ser solicitadas pelo Supremo Tribunal Federal e processadas pela Seguradora, por meio de endosso.

3.4.2. Poderão ser solicitadas, mediante emissão de endosso, alteração do local de uso e permanência de veículo (cidade e unidade da federação), número de chassi e placa de veículo emitidos erroneamente na apólice de seguro, dentre outras correções, durante o período de vigência da apólice.

3.4.3. Havendo necessidade de inclusão, substituição ou exclusão de veículo da apólice de seguro, a Contratada deverá fornecer, previamente, orçamento que contemple o valor do prêmio total a ser pago ou o valor a ser restituído ao Tribunal.

3.4.4. A devolução de valores ao Tribunal deverá ser realizada mediante pagamento de Guia de Recolhimento à União - GRU, no prazo de sessenta dias corridos da emissão do documento de endosso, devendo a Contratada enviar ao Tribunal o comprovante correspondente.

3.5. DO MANUAL

3.5.1. A Seguradora deverá fornecer manual ou documento equivalente, em língua portuguesa, contendo informações relativas ao funcionamento do seguro automóvel, para cada veículo.

3.6. DA BONIFICAÇÃO

3.6.1. No caso de prorrogação do Ajuste, a CONTRATADA deverá oferecer e aplicar sobre o prêmio do seguro, líquido de emolumentos, um sistema de bônus, de acordo com as normas da SUSEP - Superintendência de Seguros Privados do Ministério da Fazenda e da Proposta apresentada pela empresa vencedora.

3.6.2. As bonificações atuais estão listadas no Anexo deste Termo de Referência.

3.6.3. O licitante deverá considerar uma classe de bônus superior à atual, constante no Anexo, para efeito de elaboração da preposta de preços.

3.6.4. No caso da prorrogação do contrato, a contratada deverá considerar uma classe de bônus superior à atual, observadas as condições gerais do seguro contratado.

4. PRAZOS, LOCAL E HORÁRIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1 PRAZO

O prazo para início da execução do serviço é no dia 24/01/2024.

4.1.1. A apólice de seguro deverá ser emitida e disponibilizada ao Contratante, em meio eletrônico, no prazo máximo de quinze dias consecutivos, contados a partir de 24/01/2024, devendo os cartões do seguro serem enviados ao Supremo Tribunal Federal - Gerência de Garagem e Transporte - GARAT, na Praça dos Três Poderes S/N, Sala C-451 - Brasília DF, CEP 70175-900, contato 61-3217-3940 e 3217-3212, no horário das 12h às 18h, em dias úteis,

4.1.2. As inconformidades observadas na apólice de seguro deverão ser corrigidas pela Contratada, no prazo de quinze dias consecutivos, contados da data de comunicação do Contratante.

4.1.3. A CONTRATADA deverá indenizar os prejuízos resultantes de riscos cobertos pelas garantias ajustadas para pessoas e veículos, em até 30 (trinta) dias consecutivos, contados da entrega de toda a documentação exigida pela Contratada.

4.1.4. A vistoria de sinistro deverá ser realizada em até 5 (cinco) dias consecutivos, contados da data do registro do aviso de sinistro.

4.2 LOCAL

4.2.1. Do total de 67 veículos, 65 encontram-se localizados em Brasília-DF. Supremo Tribunal Federal, Praça dos Três Poderes S/N, CEP 72900-000 e 02 nas cidades do Rio de Janeiro/RJ e São Paulo/SP.

4.2.2. Atualmente, temos apenas 2 (dois) veículos fora de Brasília/DF, estacionados na cidade do Rio de Janeiro/RJ, quais sejam:

a) Item 7 - HYUNDAI AZERA 3.0 V6 24V AUT.;

b) Item 40 - FIAT LINEA ESSENCE DUALOGIC 1.8 16V FLEX - 5 PASS.

4.2.3. Cumpre ressaltar que, devido a dinâmica dos serviços de segurança das autoridades protegidas do STF, eventualmente veículos de representação da frota necessitem deslocar para outras unidades da Federação, de forma inopinada, inclusive permanecendo nestes locais por um período de tempo.

4.3 HORÁRIO

4.3.1. Os serviços deverão ser prestados, 24h por dia, durante o a vigência do Contrato.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Iniciar a execução dos serviços em 24/01/2024.

5.2. Executar os serviços contratados em conformidade com as condições e os prazos estabelecidos neste Termo de Referência.

5.3. Emitir as apólices sem custos adicionais para o STF, no prazo máximo de 15 (quinze dias) consecutivos, contados a partir de 24/01/2024, devendo os cartões do seguro serem enviados ao Supremo Tribunal Federal - Gerência de Garagem e Transporte - GARAT, na Praça dos Três Poderes S/N, Sala C-451 - Brasília DF, CEP 70175-900, contato 61-3217-3940 e 3217-3212, no horário das 12h às 18h, em dias úteis.

5.4. Comunicar imediatamente ao CONTRATANTE, por escrito, qualquer irregularidade que comprometa ou inviabilize a realização dos serviços.

5.5. Apresentar os documentos fiscais de cobrança em conformidade com o estabelecido no Contrato.

5.6. Comunicar, por escrito, eventual atraso ou paralisação na execução do objeto, apresentando razões justificadoras, que serão objeto de apreciação pelo CONTRATANTE.

5.7. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade, sobre todo e qualquer assunto de interesse do STF, ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto, devendo orientar seus empregados nesse sentido.

5.8. Responsabilizar-se por todo e qualquer acidente do trabalho, dano ou prejuízo causado ao patrimônio do STF ou de terceiros, decorrente deste processo de contratação.

5.9. Manter, durante toda a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.10. Apresentar à CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço.

5.11. Indicar formalmente preposto visando a estabelecer contatos com o fiscal e o gestor deste Contrato.

5.12. É vedada a reprodução, divulgação ou utilização de quaisquer informações de que os profissionais alocados tenham tomado ciência em razão da execução dos serviços prestados, sem o consentimento, por escrito, do Supremo Tribunal Federal.

5.13. Autorizar o conserto de veículo segurado, em caso de sinistro, no prazo máximo de 8 (oito) dias (incluído o prazo para vistoria técnica), a contar da notificação.

5.14. Pagar as coberturas previstas no seguro contratado, em caso de sinistro, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação.

5.15. Emitir documento especificando os dados do seguro e os bens segurados, coberturas, valores contratados (importâncias seguradas), franquias e indenizações.

5.16. Assegurar ao STF a livre escolha das concessionárias autorizadas para execução dos reparos e/ou reposição de peças, as quais deverão ser novas e originais.

5.17. Segurar, contra prejuízos devidamente comprovados, as coberturas discriminadas neste termo de referência, até o limite das respectivas importâncias seguradas, independentemente da localização da ocorrência do sinistro, valendo a cobertura para qualquer parte do território nacional.

5.18. Pagar a indenização, ao término das investigações e perícias, para estabelecer a existência do sinistro e a extensão dos danos causados aos bens e às pessoas seguradas.

5.19. Atender aos chamados do STF, imediatamente após a comunicação do sinistro.

5.20. Liberar o STF da franquia nos casos de:

5.20.1. Perda total do veículo por roubo, furto ou danos materiais;

5.20.2. Prejuízos causados ao veículo, por incêndio, explosão, raio e suas consequências.

5.21. Pagar indenização no valor de 110% da Tabela FIPE vigente na data do sinistro, a critério do STF, em caso de roubo/furto ou perda total, no prazo de até 30 (trinta) dias da entrega de toda documentação básica. Em caso de extinção da Tabela FIPE, será adotada a Tabela Molicar publicada na revista

“Quatro Rodas”, ou outra similar de grande aceitação no mercado.

- 5.22. Indenizar o veículo em caso de incêndio, queda de raio e /ou explosão e de indenização integral.
- 5.23. Fornecer serviço de guincho para o veículo segurado quando por ocorrência de sinistro ou problemas mecânicos ficar impossibilitado de rodar, transportando-o até a oficina indicada pelo STF ou credenciada pela Contratada.
- 5.24. Prestar assistência 24 (vinte e quatro) horas aos veículos cobertos pelo seguro.
- 5.25. Cobrir os danos materiais e pessoais, quando do sinistro com os veículos, nos valores indicados no item "3.2" deste Termo de Referência.
- 5.26. Assegurar cobertura de vidros, faróis e lanternas, com franquia indicada na letra "c" do Item 3.3.1, disponibilizar serviço de chaveiro e de borracharia para todos os veículos segurados.
- 5.27. Fornecer manual ou documento equivalente, contendo informações relativas ao funcionamento do seguro de automóvel.
- 5.28. Providenciar as alterações na apólice, solicitadas pelo STF, mediante endosso, no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, a contar do recebimento da comunicação do STF.
- 5.29. Responsabilizar-se, por todo e qualquer dano causado por seus empregados, direta ou indiretamente, ao patrimônio do STF ou a terceiro, por dolo ou culpa decorrente da execução dos serviços
- 5.30. Colocar à disposição do Contratante, 24 horas por dia durante 7 dias por semana, central de comunicação para aviso de sinistro.
- 5.31. Informar, por escrito e de imediato, qualquer alteração em seu endereço ou telefone, para assegurar rápida solução às questões geradas em face da perfeita execução do objeto da presente licitação.
- 5.32. Emitir apólice de seguro de acordo com as coberturas contratadas, e contendo todos os dados dos veículos (marca/modelo, ano/modelo, placa, chassis, região).
- 5.33. Garantir a seguridade dos veículos, a partir do início da vigência do contrato.
- 5.34. Emitir boleto bancário ou recibo, no valor do total dos prêmios de seguro contratado ou no valor do endosso de inclusão ou de substituição, caso ocorram, os quais deverão ser disponibilizados ao Contratante, em meio eletrônico ou entregue no protocolo administrativo do Tribunal.
- 5.35. Cumprir as normas e regulamentos estabelecidos pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, para as regras e critérios de funcionamento e de operação dos contratos de seguro de automóveis.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 6.1. Designar gestor e fiscal para acompanhamento e fiscalização do Contrato.
- 6.2. Promover o acompanhamento e a fiscalização desta aquisição, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas, comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA.
- 6.3. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.
- 6.4. Permitir, durante a vigência do Contrato, o acesso dos representantes ou prepostos da CONTRATADA ao local de prestação de serviços, desde que devidamente identificados e acompanhados por representante do CONTRATANTE.
- 6.5. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre toda e qualquer irregularidade constatada na execução dos serviços.
- 6.6. Efetuar o pagamento à CONTRATADA de acordo com as condições estabelecidas no Edital.
- 6.7. Exigir o cumprimento de todas as coberturas e condições de prestação dos serviços propostos.
- 6.8. Examinar todos os documentos relativos ao objeto licitado, bem como outras atribuições previstas neste Termo de Referência.
- 6.9. Prestar à CONTRATADA todas as informações solicitadas e necessárias para a execução dos serviços.
- 6.10. Fornecer a relação dos veículos pertencentes ou a serviço do CONTRATANTE, autorizados para utilizar os serviços.
- 6.11. Notificar à CONTRATADA, por escrito, a ocorrência de eventuais falhas ou imperfeições na execução dos serviços, fixando prazo para sua correção.
- 6.12. Solicitar à CONTRATADA que adote, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento da execução contratual.

7. LEGISLAÇÃO TÉCNICA APLICÁVEL

- a) IN nº 94/2009 - que dispõe sobre a utilização dos veículos oficiais que integram a frota do Supremo Tribunal Federal.
- b) Tabela FIPE de veículos ou outra similar de grande aceitação no mercado: para fins de identificação de valor da indenização (110%) em caso de roubo/furto ou perda total do veículo.
- c) Normas da SUSEP - Superintendência de Seguros Privados - aplicáveis ao seguro de veículos.
- d) Código de Trânsito Brasileiro/CTB - Lei nº 9.503/1997.

8. VISTORIA OPCIONAL

- 8.1. A vistoria poderá ser realizada até o último dia útil anterior à data de abertura da sessão, das 12h às 19h, mediante agendamento pelo telefone: (61) 3217-3940 pelo e-mail carlosaqb@stf.jus.br, davi.araujo@stf.jus.br e garat@stf.jus.br e comparecimento na Gerência de Garagem e Transporte - GARAT do STF, localizada no 1º subsolo do Anexo I, Garagem dos Ministros do STF, Praça dos Três Poderes, Brasília-DF.
- 8.2. Termo de Vistoria fornecido pela Gerência de Garagem e Transporte do STF - GARAT, comprovando que o representante da licitante vistoriou os locais onde serão realizados os serviços, bem como tomou ciência de todas as informações e condições necessárias à correta elaboração da proposta, tendo perfeito conhecimento do objeto licitado.

ANEXO II DO EDITAL – MODELOS

A) PROPOSTA DE PREÇOS

Pregão Eletrônico n. 119/2023

ITEM	UN	QTDE	DESCRIÇÃO DO ITEM	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
------	----	------	-------------------	----------------	-------------

01/12/2023 17:09

SEI/STF - 2392460 - Edital de licitação

				(R\$)	(R\$)
1	(numeral)	(numeral)
VALOR TOTAL (R\$)				(numeral e por extenso)	

B) DADOS PARA PREENCHIMENTO DO CONTRATO

1. Razão Social da empresa (conforme CNPJ):

2. Endereço-sede da empresa e CEP:

3. CNPJ:

4. Contatos (telefone, e-mail):

5. Dados do(a) Sócio(a) / Procurador(a) habilitado a celebrar contratos pela empresa (se Procurador(a) juntar instrumento de Procuração atualizado) (Juntar cópia(s) do RG / CPF):

Nome (completo):

RG: CPF:

Nome (completo):

RG:

CPF:

ANEXO III DO EDITAL – CONTRATO

CONTRATO N.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO TOTAL DE AUTOMÓVEIS PARA A FROTA DE VEÍCULOS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, E A EMPRESA (Pregão Eletrônico n. 119/2023 - Processo Administrativo Eletrônico n.009537/2022)

A UNIÃO, por intermédio do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, sediado na Praça dos Três Poderes, em Brasília - Distrito Federal, CNPJ 00.531.640/0001-28, neste ato representado pelo seu , Senhor. , RG , e CPF , no uso das atribuições que lhe confere o Regulamento da Secretaria do Supremo Tribunal Federal, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa , com sede no , CNPJ , telefone , neste ato representada por seu , Senhor. , RG e CPF , doravante denominada CONTRATADA, celebram o presente Contrato, com fundamento na Lei n. 8.666/1993, observando-se as normas constantes nas Lei n. 10.520/2002, Lei Complementar n. 123/2006, pelos Decretos n. 10.024/2019 e n. 8.538/2015, o contido no Processo Administrativo Eletrônico n. 009537/2022 e em conformidade com as disposições a seguir.

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA – O objeto do presente Contrato é a prestação de serviços de seguro total de automóveis para a frota de veículos do Supremo Tribunal Federal em todo o território nacional, observados o Edital, o Termo de Referência e a proposta da CONTRATADA, os quais, independentemente de transcrição, são partes integrantes deste instrumento, naquilo que não o contrarie.

DO REGIME DE EXECUÇÃO

CLÁUSULA SEGUNDA – O objeto do presente instrumento será executado por empreitada por preço unitário, em conformidade com o disposto na Lei n. 8.666/1993.

DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

CLÁUSULA TERCEIRA – Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) designar gestor para acompanhamento e fiscal para fiscalização deste Contrato;

- b) promover o acompanhamento e a fiscalização desta contratação, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas, comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte da **CONTRATADA**;
- c) prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**;
- d) permitir, durante a vigência deste Contrato, o acesso dos representantes ou prepostos da **CONTRATADA** ao local de prestação de serviços, desde que devidamente identificados e acompanhados por representante do **CONTRATANTE**;
- e) notificar a **CONTRATADA**, por escrito, sobre toda e qualquer irregularidade constatada na execução dos serviços;
- f) efetuar o pagamento à **CONTRATADA** de acordo com as condições estabelecidas neste Contrato;
- g) cumprir as obrigações elencadas no item 9 do Termo de Referência - Anexo I deste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) Iniciar a execução dos serviços em **24/01/2024**;
- b) executar os serviços contratados em conformidade com as condições e os prazos estabelecidos no Anexo I deste Contrato;
- c) cumprir todas as obrigações elencadas no item 8 do Termo de Referência - Anexo I deste Contrato;
- d) comunicar imediatamente ao **CONTRATANTE**, por escrito, qualquer irregularidade que comprometa ou inviabilize a realização dos serviços;
- e) apresentar os documentos fiscais de cobrança por meio de sistema de gestão contratual utilizado pelo **CONTRATANTE** e em conformidade com o estabelecido neste Contrato;
- f) comunicar, por escrito, eventual atraso ou paralisação na execução do objeto, apresentando razões justificadoras, que serão objeto de apreciação pelo **CONTRATANTE**;
- g) manter sigilo, sob pena de responsabilidade, sobre todo e qualquer assunto de interesse do **CONTRATANTE**, ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste Contrato, devendo orientar seus empregados nesse sentido;
- g.1) é vedada a reprodução, divulgação ou utilização de quaisquer informações de que os profissionais alocados tenham tomado ciência em razão da execução dos serviços prestados, sem o consentimento, por escrito, do STF;
- h) assinar o Termo de Confidencialidade da Informação - Anexo V deste Contrato;
- i) responsabilizar-se por todo e qualquer acidente do trabalho, dano ou prejuízo causado ao patrimônio do **CONTRATANTE** ou de terceiros, decorrente da execução do serviço contratado;
- j) manter, durante toda a execução deste Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- k) indicar formalmente preposto visando a estabelecer contatos com o gestor deste Contrato;
- l) observar as demais obrigações estabelecidas no Anexo I deste Contrato.

DO VALOR

CLÁUSULA QUINTA – O valor mensal estimado do presente Contrato é de R\$ _____ (_____) e o valor total estimado é de R\$ _____ (_____), observado o Anexo deste Contrato.

DO RECEBIMENTO

CLÁUSULA SEXTA – O objeto deste Contrato será recebido da seguinte forma:

- a) provisoriamente, mediante recibo, no ato da entrega das apólices de seguro, para efeito de posterior verificação da conformidade do referido termo com as especificações previstas neste termo de referência e na proposta de preço, pela Gerência de Garagem e Transporte/GARAT/CSEL/SAP do STF ou por servidor designado pelo **CONTRATANTE**, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, para posterior conferência de sua conformidade com o Contrato, desde que não se verifiquem defeitos ou imperfeições. Caso não haja qualquer impropriedade explícita, será atestado esse recebimento;
- b) definitivamente, em até 15 (quinze) dias úteis após o recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pelo **CONTRATANTE**, mediante “atesto” na nota fiscal/fatura, após comprovada a adequação ao Edital, à proposta, à nota de empenho e ao Contrato (se houver), desde que não se verifiquem defeitos ou imperfeições.

Parágrafo primeiro – Caso sejam constatadas inadequações, falhas ou incorreções na execução, fica a **CONTRATADA** obrigada a efetuar as correções necessárias, sem ônus para o **CONTRATANTE**.

Parágrafo segundo – O recebimento provisório ou definitivo não exclui as responsabilidades civil e penal da **CONTRATADA**.

DO PAGAMENTO

CLÁUSULA SÉTIMA – O pagamento será efetuado mensalmente mediante crédito em conta corrente da **CONTRATADA**, por ordem bancária, em até 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento definitivo, quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação e caso não haja fato impeditivo para o qual tenha concorrido a **CONTRATADA**, devendo apresentar ainda:

- a) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, comprovando regularidade com o FGTS;
- b) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal, contemplando comprovação de regularidade perante a Seguridade Social;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, expedida pela Justiça do Trabalho, comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;
- d) prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da **CONTRATADA**.

Parágrafo primeiro – A **CONTRATADA** não poderá apresentar nota fiscal/fatura com CNPJ diverso do qualificado no preâmbulo deste Contrato.

Parágrafo segundo – A nota fiscal/fatura apresentada em desacordo com o estabelecido no Edital, na nota de empenho, no Contrato ou caso observada qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento será devolvida à **CONTRATADA** e nesse caso o prazo previsto na Cláusula Sétima será interrompido. A contagem do prazo previsto para pagamento será iniciada a partir da respectiva regularização.

Parágrafo terceiro – Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou à atualização monetária.

Parágrafo quarto – O Supremo Tribunal Federal disponibiliza na internet informações sobre pagamentos realizados e tributos recolhidos de seus fornecedores. Acesse www.stf.jus.br, clique em (Transparência), depois em (Gestão Orçamentária) e selecionar: <Dados Diários da Despesa>. O usuário precisa informar o número do CNPJ e saber o número do documento fiscal, para acessar essas informações.

DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

CLÁUSULA OITAVA – Ocorrendo atraso no pagamento, e desde que não tenha concorrido de alguma forma a **CONTRATADA**, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE), ocorrida entre a data final prevista para pagamento e a data de sua efetiva realização.

DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA NONA – O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar de 24/01/2024, podendo ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta) meses.

DO REAJUSTE

CLÁUSULA DEZ – Os preços contratados poderão ser reajustados, após solicitação da **CONTRATADA**, mediante negociação entre as partes, tendo como limite máximo a variação do IPCA/IBGE ocorrida nos últimos 12 (doze) meses, a contar da data da apresentação da proposta ou do último reajuste.

Parágrafo primeiro – Os efeitos financeiros do reajuste serão reconhecidos a partir das datas definidas nesta Cláusula.

Parágrafo segundo – O reajuste deverá ser solicitado antes do término da atual vigência deste Contrato, sob pena de preclusão.

DAS SANÇÕES

CLÁUSULA ONZE – A **CONTRATADA** ficará sujeita, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

- a) Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o Contratante;
- b) Multa, no âmbito do contrato, de:
 - b.1) 0,5% (zero vírgula cinquenta por cento) ao dia, calculado sobre o valor total do contrato, no caso de atraso para início da execução do objeto, limitada a incidência a 5 (cinco) dias. Após este prazo será considerado inexecução parcial ou total do objeto, conforme o caso;
 - b.2) 3% a 20% ao dia sobre o valor do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, a seguir;

Tabela 1: Grau e Correspondência

GRAU	ÍNDICE PERCENTUAL	Quantidade de infrações a partir da qual se configura inexecução parcial a cada período de 12 meses
1	3 % sobre o valor do contrato	6
2	5 % sobre o valor do contrato	4
3	20 % sobre o valor do contrato	2

Tabela 2: Descrição da Infração e respectivo grau de correspondência

INFRAÇÃO			
ITEM	DESCRIÇÃO	Incidência	GRAU
1	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização	Por serviço e por dia	01
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais	Por dia e por unidade de atendimento	03
3	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais	Por ocorrência	03
Para os itens a seguir, deixar de:			
4	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato	Por ocorrência	01
5	Apresentar os documentos exigidos por força contratual ou	Por ocorrência	01

	legal		
6	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador	Por ocorrência	01
7	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador	Por item e por ocorrência	02
8	Entregar apólice do seguro, com os respectivos prazos de vigência, no prazo estabelecido no Termo de Referência	Por item e por ocorrência	02
9	Autorizar o início do conserto de veículo segurado, em caso de sinistro, no prazo estabelecido no Termo de Referência	Por item e por ocorrência	03
10	Pagar as coberturas previstas no seguro contratado, em caso de sinistro, no prazo estabelecido no Termo de Referência	Por item e por ocorrência	03

b.3) 20% sobre o valor total contratado na hipótese de inexecução parcial da obrigação assumida, incidindo ainda a sanção constante da alínea “c”;

b.4) 30% sobre o valor total contratado, no caso de inexecução total da obrigação assumida;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o STF por 12 (doze) meses se der causa à inexecução parcial;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;

e) impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF, em caso de inexecução total ou conforme detalhamento constante da tabela a seguir:

CONDUTA PRATICADA PELA LICITANTE OU CONTRATADA	DOSIMETRIA APLICÁVEL
d.1) falhar na execução do contrato	04 meses
d.2) fraudar na execução do contrato	30 meses
d.3) comportar-se de modo inidôneo*	24 meses
d.4) cometer fraude fiscal	40 meses

***Considera-se comportamento de modo inidôneo:**

I) a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do contrato;

II) ação em conluio ou em desconformidade com a lei;

III) prestação falsa de informações.

Parágrafo primeiro – O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, poderá ser descontado de pagamentos eventualmente devidos pelo **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**.

Parágrafo segundo – As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à pena de multa.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

CLÁUSULA DOZE– A despesa decorrente da contratação correrá à conta do Programa de Trabalho 02.061.0033.6359.5664 – Apreciação e Julgamento de Causas no STF, na natureza de despesa 33.90.39 – Outros Serviços de Terceiros - PJ, consignado ao **CONTRATANTE** no Orçamento Geral da União, tendo sido emitida a Nota de Empenho n., datada do dia __/__/__.

DA RESCISÃO

CLÁUSULA TREZE – O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Contrato, por parte da **CONTRATADA**, assegurará ao **CONTRATANTE** o direito de rescindi-lo, conforme as hipóteses previstas nos incisos do art. 78, da Lei n. 8.666/1993, mediante notificação, com prova de recebimento.

Parágrafo primeiro – Nos casos em que a **CONTRATADA** sofrer processos de fusão, cisão ou incorporação, será admitida a continuação da contratação desde que a execução deste Contrato não seja afetada e que a **CONTRATADA** mantenha o fiel cumprimento dos termos contratuais e as condições de habilitação.

Parágrafo segundo – Ao **CONTRATANTE** é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do art. 79, inciso I, da Lei n. 8.666/1993, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e segundo do mesmo artigo, bem como as do art. 80 da mesma Lei.

Parágrafo terceiro – Por acordo entre as partes é reconhecido o direito de rescisão amigável, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei n. 8.666/1993, aplicando-se, no que couber, as disposições do parágrafo primeiro do mesmo artigo

DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

CLÁUSULA QUATORZE – Aplicam-se à execução do presente Contrato a Lei n. 8.666/1993 e demais legislações pertinentes.

DO ACOMPANHAMENTO

CLÁUSULA QUINZE – O CONTRATANTE nomeará um gestor titular e um substituto para executar o acompanhamento e um fiscal titular e um substituto para executar a fiscalização deste Contrato. As ocorrências e as deficiências serão registradas em relatório, cuja cópia será encaminhada à CONTRATADA, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas.

CLÁUSULA DEZESSEIS – A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade, única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne à execução do objeto contratado.

DO FORO

CLÁUSULA DEZESSETE – Para dirimir eventuais conflitos oriundos do presente Contrato, é competente o foro de Brasília - Distrito Federal.

DA PUBLICIDADE

CLÁUSULA DEZOITO – O extrato do presente Contrato será publicado no Diário Oficial da União, Seção 3, conforme dispõe o art. 61, parágrafo único, da Lei n. 8.666/1993.

Brasília-DF.

ANEXO I AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO TOTAL DE AUTOMÓVEIS PARA A FROTA DE VEÍCULOS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, E A EMPRESA
(Pregão Eletrônico n. 119/2023 - Processo Administrativo Eletrônico n.009537/2022)

PROPOSTA DE PREÇOS

ANEXO II AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO TOTAL DE AUTOMÓVEIS PARA A FROTA DE VEÍCULOS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, E A EMPRESA
(Pregão Eletrônico n. 119/2023 - Processo Administrativo Eletrônico n.009537/2022)

TERMO DE REFERÊNCIA

(2357796)

ANEXO IV AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO TOTAL DE AUTOMÓVEIS PARA A FROTA DE VEÍCULOS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, E A EMPRESA
(Pregão Eletrônico n. 119/2023 - Processo Administrativo Eletrônico n.009537/2022)

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DA INFORMAÇÃO

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, com sede em Brasília-DF, inscrito no CNPJ sob o n. 00.531.640/0001-28, doravante denominado STF e NOME DA CONTRATADA, pessoa jurídica com sede na, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º, doravante denominada NOME DA CONTRATADA e, sempre que em conjunto referidas como PARTES para efeitos deste **TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DA INFORMAÇÃO**, doravante denominado simplesmente **TERMO**, e,

CONSIDERANDO que, em razão do atendimento à exigência do Contrato STF n. ../2023, celebrado pelas PARTES, doravante denominado Contrato, cujo objeto é a, mediante condições estabelecidas pelo STF;

CONSIDERANDO que o presente TERMO vem para regular o uso de dados, regras de negócio, documentos, informações, sejam elas escritas ou verbais ou de qualquer outro modo apresentadas, tangível ou intangível, entre outras, doravante denominadas simplesmente de INFORMAÇÕES, a que a NOME DA CONTRATADA tiver acesso em virtude da execução contratual;

CONSIDERANDO a necessidade de manter sigilo e confidencialidade, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do STF de que a NOME DA CONTRATADA tomar conhecimento em razão da execução do Contrato, respeitando todos os critérios estabelecidos aplicáveis às INFORMAÇÕES;

O STF estabelece o presente TERMO mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto deste TERMO é prover a necessária e adequada proteção às INFORMAÇÕES do STF, principalmente aquelas classificadas como CONFIDENCIAIS, em razão da execução do Contrato celebrado entre as PARTES.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS

a) As estipulações e obrigações constantes do presente instrumento serão aplicadas a todas e quaisquer INFORMAÇÕES reveladas pelo STF;

b) A NOME DA CONTRATADA se obriga a manter o mais absoluto sigilo e confidencialidade com relação a todas e quaisquer INFORMAÇÕES que venham a ser fornecidas pelo STF, a partir da data de assinatura deste TERMO, devendo ser tratadas como INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS, salvo aquelas prévia e formalmente classificadas com tratamento diferenciado pelo STF;

c) A NOME DA CONTRATADA se obriga a não revelar, reproduzir, utilizar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que nenhum de seus diretores, empregados e/ou Prepostos faça uso das INFORMAÇÕES do STF;

d) O STF, com base nos princípios instituídos na Segurança da Informação, zelará para que as INFORMAÇÕES que receber e tiver conhecimento sejam tratadas conforme a natureza de classificação informada pela NOME DA EMPRESA.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS LIMITAÇÕES DA CONFIDENCIALIDADE

a) As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

a1) sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação ou após a revelação, exceto se isso ocorrer em decorrência de ato ou omissão das PARTES;

a2) tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;

a3) sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as PARTES cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS

a) A NOME DA CONTRATADA se compromete a utilizar as INFORMAÇÕES reveladas exclusivamente para os propósitos da execução do Contrato;

b) A NOME DA CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer cópia das INFORMAÇÕES sem o consentimento prévio e expresso do STF;

b1) O consentimento mencionado na alínea “b”, entretanto, será dispensado para cópias, reproduções ou duplicações para uso interno das PARTES;

c) A NOME DA CONTRATADA se compromete a cientificar seus diretores, empregados e/ou Prepostos da existência deste TERMO e da natureza confidencial das INFORMAÇÕES do STF;

d) A NOME DA CONTRATADA deve tomar todas as medidas necessárias à proteção das INFORMAÇÕES do STF, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pelo STF;

e) Cada PARTE permanecerá como única proprietária de todas e quaisquer INFORMAÇÕES eventualmente reveladas à outra parte em função da execução do Contrato;

f) O presente TERMO não implica a concessão, pela parte reveladora à parte receptora, de nenhuma licença ou qualquer outro direito, explícito ou implícito, em relação a qualquer direito de patente, direito de edição ou qualquer outro direito relativo à propriedade intelectual.

f1) Os produtos gerados na execução do Contrato, bem como as INFORMAÇÕES repassadas à NOME DA CONTRATADA, são única e exclusiva propriedade intelectual do STF;

g) A NOME DA CONTRATADA firmará acordos por escrito com seus empregados e consultores ligados direta ou indiretamente ao Contrato, cujos termos sejam suficientes a garantir o cumprimento de todas as disposições do presente instrumento;

h) A NOME DA CONTRATADA obriga-se a não tomar qualquer medida com vistas a obter, para si ou para terceiros, os direitos de propriedade intelectual relativos aos produtos gerados e às INFORMAÇÕES que venham a ser reveladas durante a execução do Contrato;

CLÁUSULA QUINTA – DO RETORNO DE INFORMAÇÕES

a) Todas as INFORMAÇÕES reveladas pelas PARTES permanecem como propriedade exclusiva da parte reveladora, devendo a esta retornar imediatamente assim que por ela requerido, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

a) O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretirável, de forma que o sigilo e a confidencialidade das informações críticas descritas na Cláusula Segunda deste Termo possuem prazo de validade indeterminado.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

a) A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do Contrato firmado entre as PARTES. Nesse caso, a NOME DA CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pelo STF, inclusive os de ordem moral, bem como os de responsabilidade civil e criminal, os quais serão apurados em regular processo administrativo ou judicial.

CLÁUSULA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

a) Este TERMO constitui vínculo indissociável ao CONTRATO, que é parte independente e regulatória deste instrumento.

b) O presente TERMO constitui acordo entre as PARTES, relativamente ao tratamento de INFORMAÇÕES, principalmente as CONFIDENCIAIS, aplicando-se a todos e quaisquer acordos futuros, declarações, entendimentos e negociações escritas ou verbais, empreendidas pelas PARTES em ações feitas direta ou indiretamente.

c) Surgindo divergências quanto à interpretação do pactuado neste TERMO ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se nele a existência de lacunas, solucionarão as PARTES tais divergências, de acordo com os princípios da legalidade, da equidade, da razoabilidade, da economicidade, da boa-fé, e as preencherão com estipulações que deverão corresponder e resguardar as INFORMAÇÕES do STF.

d) O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos legais conexos relativos à confidencialidade de INFORMAÇÕES;

e) A omissão ou a tolerância das PARTES em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento não constituirá novação ou renúncia nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

a) O STF elege o foro de Brasília-DF para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, é assinado o presente TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DA INFORMAÇÃO, pela NOME DA CONTRATADA, sendo em 2 (duas) vias de igual teor e um só efeito.

Brasília, ... de de ...

NOME
DIRETOR
NOME DA EMPRESA



Documento assinado eletronicamente por **Luciano Quadrado De Moraes, ASSESSOR-CHEFE**, em 30/11/2023, às 20:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Márcio Kazuaki Fusissava, SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTRATAÇÕES**, em 01/12/2023, às 15:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sistemas.stf.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2392460** e o código CRC **9C9B1F46**.